

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO EDUCATIVO

THE IMPORTANCE OF EVALUATION IN THE EDUCATIONAL PROCESS

Iracilda Gabriel da Silva¹

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar as dimensões da avaliação e com que propósito ela vem sendo utilizada em sala de aula. Abordam-se as perspectivas históricas da avaliação, bem como práticas exercidas com o público estudantil ao longo dos tempos; a questão dos instrumentos e técnicas de avaliação e como essas formas podem afetar o aluno de diversas formas. São apresentadas também as questões ligadas à prática da avaliação direcionada a um processo global que favoreça a democratização do processo de ensino aprendizagem e suas ligações com o projeto político-pedagógico.

Palavras-chave: Avaliação, Escola, Aprendizagem.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to analyze the dimensions of the evaluation and for what purpose it is being used in the classroom. The historical perspectives of evaluation, as well as practices practiced with the student public throughout the ages, are approached; the question of evaluation tools and techniques and how these forms can affect the student in a variety of ways. Also presented are the issues related to the practice of evaluation aimed at a global process that favors the democratization of the teaching-learning process and its links with the political-pedagogical project.

Key-words: Evaluation, School, Learning.

1 – INTRODUÇÃO

A questão da avaliação é amplamente discutida e abordada em todos os segmentos externos e internos da escola. Nos últimos anos, as escolas buscam constantemente redefinir e ressignificar o seu papel e a sua função social. Estão elaborando o seu projeto educativo para nortear a escola que hoje queremos dentro da pedagogia preocupar com a transformação e não mais

2. Professora Especialista, graduada em Pedagogia pela FITS Campus de Tangará da Serra, Pós-graduando em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pela Faculdade de Educação São Luís. Professora da rede pública de ensino, lotada na Escola Municipal de Educação Básica “13 de Maio” e Escola Estadual João Monteiro Sobrinho em Nova Olímpia – MT.

com a conservação repensa o processo transformação, e não mais com a conservação, repensa o processo transformação, repensa o processo da sala de aula.

A avaliação, dada a sua propriedade de elemento estrutural dos processos educacionais contemporâneos, assume uma condição estratégica que pode vir a possibilitar a democratização desses processos e, em consequência, da própria sociedade ou, ao contrário, contribuir ativamente para perpetuar as formas de dominação social ainda hoje presentes. Esta condição de vital importância política da avaliação não se restringe ao âmbito exclusivamente escolar da educação, mas também e com igual intensidade àquelas outras esferas em que se desenvolvem práticas de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, a avaliação não pode ser entendida como um conjunto de ações que são um fim em si mesmo. Ela deve ser considerada como parte fundamental de todo o processo educacional, servindo ao desenvolvimento das capacidades dos educandos.

É preponderante o papel do docente na definição das técnicas e instrumentos de avaliação, para que de forma válida e confiável possibilite uma comprovação pública e fundamental para a auto avaliação do educando de suas capacidades e competências, contextualizando-as não somente diante do espaço de trabalho, mas também de toda a sociedade.

Teoricamente, Sousa (1998) situa a área de avaliação como um campo de conhecimento relativamente novo, mas que se desenvolveu mais intensamente na década de 90 do século passado. Período esse que, segundo Rosales (1992), citado por ela, se constituiu como a maturidade desse campo de conhecimento.

Com relação à avaliação da aprendizagem, inicialmente, nos EUA, os estudos foram voltados à medida de quanto o aprendiz mudava seu comportamento. Esses estudos eram de responsabilidade da psicometria, que teve como precursores Robert Thorndike e Robert L. Ebel (SOUSA, 1997; VIANNA, 1989), cujos trabalhos influenciaram os norte-americanos a construir os testes padronizados para mensurar as habilidades e aptidões dos alunos, nas duas primeiras décadas do séc. XX. Este movimento foi ampliado na década de 30 do mesmo século (SOUSA, 1997), com destaque

para o trabalho Estudo de Oito anos de Tyler e Smith, que propuseram uma diversidade de instrumentos de medida tendo em vista à precisão das informações da avaliação. A partir desse trabalho, Tyler deu início a um movimento de constituição da avaliação como atividade científica, cujo marco maior foi a publicação do seu artigo General Statement on evaluation, em 1942 (VIANNA, 1989), e consolidado pelo livro Basic principles of curriculum an instruction em 1949 (SOUSA, 1998). Outros estudiosos¹⁰, que se dividiram entre a avaliação de currículo e avaliação de aprendizagem, nas décadas de 60 e 70 seguintes, tomaram as ideias de Tyler como referência, e as ampliaram sem “modificar suas estruturas e pressupostos básicos” (SOUSA, 1998, p. 162).

2 - O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ATUAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9.394/96, nos proporciona os dois mais importantes princípios da afetividade e amor no domínio escolar, o respeito à liberdade e a consideração à tolerância, que são inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Ambos têm por fim, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para as ocupações no trabalho. A Lei 9.394/96, das Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, faz menção à avaliação da aprendizagem.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional projetada, em 1988, e aprovada em 1997, o processo avaliativo é contemplado no Art. 24, inciso V, alínea (a) e diz sobre a verificação do rendimento escolar. “Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Neste contexto, a LDBEN vem tornar obrigatória o que é preciso ser traçado como uma meta na educação nacional, ela descreve parâmetros como o aluno deveria ser avaliado em processo contínuo e cumulativo, prevalecendo a qualidade sobre a quantidade.

Quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S), introduzidos em 1996 trata do tema avaliação como um subsídio ao professor com

elementos para uma reflexão sobre sua prática pedagógica. Neste documento é possível perceber que a avaliação é vista em diversos âmbitos da aprendizagem, refere-se à avaliação como uma investigação que instrumentaliza o professor para que ele possa pôr em prática seu planejamento de acordo com as características de seus alunos, ou seja, a avaliação nos Parâmetros Curriculares Nacionais é compreendida como elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino, como um conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como foi aprendido, como um elemento de reflexão para o professor sobre sua prática educativa e como um instrumento que possibilita o aluno tomar consciência de seus avanços e de suas dificuldades.

Nos PCN's a avaliação serve de indicador para orientar a prática educacional. Mostra ao professor quando é preciso realizar ajustes no processo educativo. Para tanto, ela não pode ser feita apenas em momentos específicos ou no final do ciclo escolar, se faz necessário de ser feita diariamente.

A avaliação inicial da classe ganha destaque nos PCN's porque é ela que dará ao professor elementos para fazer seu planejamento, determinando os conteúdos e respectivo grau de aprofundamento, notas, conceitos, etc., não estão descartados. A escola precisa desses instrumentos para seus registros. O importante é que o aluno entenda como está sendo avaliado e que o resultado seja explicado e discutido com ele, e não apenas comunicado através de uma nota.

Para Luckesi (2006) a avaliação praticada nas escolas é a avaliação da culpa e as notas praticadas são utilizadas para classificar os alunos, onde são comparados desempenhos e não os objetivos que se pretende atingir. Esta prática de avaliação se explicita por uma relação autoritária e conservadora que permite ao professor manter a disciplina e atenção dos alunos, desta forma a avaliação da aprendizagem torna-se um instrumento de controle que tudo pode, de forma que coercitiva o aluno, não dando-lhe alternativas que desenvolva meios para que alcance o aprendizado.

Nesta concepção é possível perceber que a avaliação tem sido utilizada como um instrumento estático e freador do processo de crescimento, com o objetivo de desempenhar um papel disciplinador tornando o padrão de

exigência critério do professor que ao planejar suas aulas não estabelece um mínimo de necessário a ser aprendido pelos alunos e utiliza-se de “médias” de notas para estabelecer a competência do aluno. “A média então é realizada a partir da quantidade e não da qualidade, não garantindo o mínimo de conhecimento”. (LUCKESI, 2006)

Segundo Luckesi (2002, p. 34, grifo do autor),

[...] a atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Luckesi, traz a avaliação como uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho.

Neste sentido, a avaliação escolar tem o significado de julgar a aceitabilidade do que foi aprendido, ou seja, coloca o aluno e o professor em condições de saber o que precisa ser melhorado, para que seja proposto as mudanças necessárias. Portanto, o ato de avaliar é amplo e não se restringe ao único objetivo, vai além da medida, posicionando-se favorável ou desfavorável à ação avaliada, propiciando uma tomada de decisão.

Hoffmann propõe para a realização da avaliação, na perspectiva de construção, duas premissas fundamentais: confiança na possibilidade do aluno construir as suas próprias verdades; valorização de suas manifestações e interesses. Para Hoffmann, o aparecimento de erros e dúvidas dos alunos, numa extensão educativa é um componente altamente significativo ao desenvolvimento da ação educacional, pois permitirá ao docente a observação e investigação de como o aluno se coloca diante da realidade ao construir suas verdades. Ela distingue o diálogo entre professor e aluno como indicador de aprendizagem, necessário, à reformulação de alternativas de solução para que a construção do saber aconteça. A reflexão do professor sobre seus próprios posicionamentos metodológicos, na elaboração de questões e na análise de respostas dos alunos deve ter sempre um caráter dinâmico.

2.1. Ensino e Avaliação

A avaliação é espaço de mediação, aproximação, diálogo entre formas de ensino dos professores e percursos de aprendizagens dos alunos, servindo para orientar o docente a ajustar seu fazer didático. Mas o fazer avaliativo e a

maneira de vivenciá-lo não dependem exclusivamente da atitude do professor, são condicionados pela cultura institucional (SILVA, HOFFMANN, ESTEBAN, 2003, p. 13).

Desenvolver uma nova postura avaliativa exige constantes mudanças na prática da avaliação e rompimento com a cultura da memorização, classificação, seleção e exclusão tão presente no sistema de ensino. Isto nos leva a refletir sobre algumas questões do fazer da avaliação. São elas: para que avaliar? O que é avaliar? O que avaliar? Quando avaliar? Como avaliar e o que fazer com os resultados da avaliação? Esses questionamentos representam as dúvidas dos professores no momento de seu trabalho pedagógico. A reflexão sobre essas perguntas colabora para a autonomia didática dos professores, levando a uma sólida fundamentação teórica (SILVA, HOFFMANN, ESTEBAN, 2003, p. 16)

É fundamental que os objetivos do ensino sejam atentamente analisados e construídos pelo corpo docente da escola. As expectativas do que esperamos do aluno guiam os processos avaliativos e todas as práticas pedagógicas no interior da instituição. Precisamos saber exatamente por que estamos avaliando para poder decidir os instrumentos de avaliação a serem usados, bem como as formas de registro dos resultados (SILVA, HOFFMANN, ESTEBAN, 2003 p. 21-23).

O aluno tem um papel ativo no processo da aprendizagem e a ajuda que o professor pode dar é planejar sua intervenção pedagógica visando a facilitar a aprendizagem. “Esse planejamento leva em conta quatro fatores principais: suas qualidades pessoais, as características de seus alunos, as especificidades da disciplina que leciona e os recursos disponíveis na escola” (MORETO, 2008, p. 68).

O aluno aprende à medida que responde aos incentivos do professor, fazendo parte do processo. Por isso, o professor tem como responsabilidade criar um contexto para facilitar a aprendizagem. “Mas se o aluno não se engajar, de pouco ou nada adiantará o envolvimento do docente. Dessa forma, antigas analogias que jogavam a responsabilidade maior sobre o professor, em sua relação com o aluno, passam a ser questionadas” (MORETO, 2008, p. 68). O aluno é um elemento ativo no processo ensino-aprendizagem, como é

também o professor. Portanto a relação entre ambos deve ser de constante interação para a produção do conhecimento.

Os novos estudos que subsidiam as discussões sobre avaliação escolar, organização da escolaridade fundamental e o papel dos professores e dos alunos acrescentam às reflexões o debate em torno de novas formas de organização do tempo e espaço escolares. Mas, ao serem estabelecidas novas práticas avaliativas, estas devem vir acompanhadas de outros aspectos, como “a autonomia da unidade escolar, um currículo dinâmico, flexível e contextualizado, formação continuada dos professores, valorização do trabalho coletivo na escola, a continuidade das propostas pedagógicas” (SILVA, HOFFMANN, ESTEBAN, 2003, p. 94).

2.2. Fatores que norteiam a prática avaliativa do docente

O papel do professor no ato de avaliar é de suma importância uma vez que a ele cabe a tomada decisão, de como avaliar? E o que avaliar? Considerando que a postura avaliativa do docente é fator determinante na vida do educando, contribuindo para o desenvolvimento deste ou não. Portanto a visão de mundo do professor, sua consciência crítica e seu senso de justiça certamente norteiam sua forma de avaliar a aprendizagem do aluno, sendo fundamental sua bagagem teórica, bem como sua experiência docente para a construção de uma avaliação de fato democrática.

Uma das consequências mais graves da avaliação classificatória, escolhida por grande parte dos professores contemporâneos é a questão do docente considerar seu trabalho concluído com a execução da avaliação, avalia-se, confere-se uma nota ou menção e ponto final, não há uma reflexão sobre os resultados, uma preocupação com possíveis mudanças da prática pedagógica, faz-se necessário refletir sobre isso, pois, “uma avaliação que não é seguida por uma modificação das práticas do professor, tem poucas chances de ser formativa” (HADJI, 2001, p.21). A avaliação formativa permite a continuidade da ação pedagógica, deixando de ser apenas uma operação externa de controle.

Avaliar de maneira classificatória ou simplesmente para selecionar costuma dar menos trabalho para o docente e provavelmente, em virtude disso, seja esta a maneira de avaliar mais utilizada por grande parte dos educadores

contemporâneos, pois, nesta forma de avaliar o trabalho se encerra, quando se chega às notas, boas ou ruins, porém numa avaliação diagnóstica e formativa, depois destes resultados vem todo um trabalho de análise dos dados e planejamento dos próximos passos, isso não é fácil, mas, é o que pode tornar a educação mais democrática e ajudar todos os alunos a lograrem êxito em seus estudos. Ter escolas abarrotadas de alunos que em grande número não aprendem não deixa de ser incompetência de gestores públicos e educadores, afinal a finalidade do trabalho educacional é ensinar e isso não se restringe a uma parcela dos alunos que são matriculados em uma instituição educacional.

A tarefa de avaliar é uma missão complexa, que exige que o docente seja um exímio observador, capaz de ver o aluno, além das aparências, capaz de ver o aluno em sua totalidade, percebendo os avanços do educando, pois, sempre há avanço, ainda que pequeno, embora muitas vezes o educador não perceba.

2.3. Avaliação emancipatória

O contexto atual requer uma avaliação emancipatória, que seja verdadeiramente democrática, na qual os resultados da avaliação sejam discutidos, negociados entre professor e aluno, requer ainda, uma avaliação global do processo ensino aprendizagem, e acima de tudo uma avaliação que conduza a uma auto avaliação por parte do docente, pois é a partir dessa auto avaliação que o professor buscare novas formas de agir, novas posturas pedagógicas e avaliativas, e que quem sabe, chegar a uma avaliação diagnóstica, que lhe permita a decisão de direcionar ou redirecionar seu caminho na trilha do educar.

A tendência nas práticas de avaliação, numa perspectiva de educação emancipatória, é assegurar cada vez mais nas instituições o caráter educativo da avaliação: meio de revisão das ações do professor – práticas de ensino, interação com os alunos – de modo que tome decisões com maior conhecimento de causa. (LIBÂNEO, 2001, P. 219).

Deve ainda ser uma preocupação do educador contemporâneo, uma educação voltada para a transformação social, pois não se pode acreditar que a educação é neutra, aliás, não há neutralidade alguma no ato pedagógico do professor. “Nesse contexto a avaliação educacional devera manifestar-se como

mecanismo de diagnóstico da situação, tendo em vista o avanço e o crescimento e não a estagnação disciplinadora” (LUCKESI, 2003, P.32).

Surge o momento de o professor usar seu poder de agente de transformação, para agir em favor de uma sociedade mais justa e igualitária, acolhendo todos os seus alunos, através de uma avaliação diagnóstica e mediadora, que com certeza norteará nesta tarefa de avaliar a aprendizagem.

Dentro da transformação social que buscamos, a avaliação da aprendizagem, necessita ser um instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, estando a serviço de uma pedagogia preocupada de fato, com a transformação social e não com a manutenção da ordem social existente. Neste sentido deve se buscar resgatar a função diagnóstica da avaliação. Deixando para trás as velhas formas de avaliar, pautadas pelo autoritarismo e pelo método tradicional, que construiu ao longo da história tantas vítimas deixando muitos de nossos alunos a margem da sociedade.

Através da Educação a sociedade pode ser transformada e essa transformação tem tudo para ocorrer num ambiente onde prevaleça a humanidade, a valorização das crianças enquanto pessoas e cidadãos e ainda, onde ocorra uma educação cristã. Neste contexto a forma de avaliar a aprendizagem também pode e deve contribuir para essa transformação se for diagnóstica e estiver a serviço da democratização e humanização do ensino.

A avaliação para a libertação, para a cidadania, ou seja, para a democracia é um desafio a ser enfrentado por cada educador, que hoje compõe a educação, em especial a educação brasileira, que apesar de todos os problemas busca o acerto e esse acerto vai muito além de percentuais de aprovação, pois compõem esses percentuais seres humanos, com sentimentos, com história de vida e com certeza, com expectativas enormes em relação à escola, enquanto local de transformação da sociedade.

A avaliação deve nortear a prática docente, pois, a partir de uma avaliação da aprendizagem bem feita é possível corrigir rotas, fazer intervenções durante o percurso e isto, é muito diferente de chegar ao final do bimestre ou ano letivo e utilizar a avaliação para determinar quem será aprovado ou não e ponto final.

Ao avaliar deve se tratar esta tarefa com legitimidade respeitando os princípios e critérios refletidos em coletivos presentes nos projetos

políticos pedagógicos e propostas curriculares orientadas para a construção do futuro alinhando-se na construção de aprendizagens democráticas, inclusivas essas formas de ajuda e a maneira diversificada de acompanhar os discentes são consideradas como avaliações informações, que fazem, ou deveriam fazer, parte do processo da avaliação, considerando que a mesma é um processo diagnóstico e contínuo da aprendizagem.

O que percebemos na escola é que a avaliação ainda encontra-se estruturada em práticas tradicionais, servindo esta para medir o aluno e não diagnosticar o sucesso ou as dificuldades dos mesmos, ou seja, a escola ainda está voltada para o produto e não para o processo, o que dificulta a compreensão por parte dos alunos que o interessante não é a nota, mais os conhecimentos abstraídos no decorrer de sua escolarização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação escolar é uma constante na prática do professor e um importante instrumento pedagógico que ajuda a tomar decisões e planejar estratégias. Para tanto, é necessário interesse do professor em produzir instrumentos eficientes que busquem ao máximo as competências múltiplas dos alunos, pois desses instrumentos depende a classificação dos alunos e seu futuro.

Não se trata de uma prática fácil e, por isso, é necessário estudo e preparo por parte do professor. A avaliação deve ser encarada como reorientação para uma aprendizagem melhor e para a melhoria do sistema de ensino. Para tanto, é essencial garantir aos professores uma boa formação inicial e continuada, pois aqueles que usam inadequadamente a avaliação só o fazem porque não estão devidamente preparados. Por isso, a avaliação deve fazer parte da grade curricular dos cursos de formação de professores.

O processo avaliativo escolar tem gerado inúmeras discussões e inquietações por parte da maioria dos docentes que advém de uma prática avaliativa enraizada durante a sua vida estudantil. Assim como, dos conhecimentos adquiridos em sua formação inicial, que em alguns casos são considerados pelos docentes, como eficaz no ato de avaliar, o que contribui para a permanência de uma prática autoritária e tradicional.

Desse modo, o redirecionamento das práticas avaliativas docentes, pressupõe a necessidade de uma formação continuada e um despertar para a pesquisa, no sentido de que, somente ele (o docente) poderá reconstruir seus conceitos a partir de uma vontade própria pela busca do saber, considerando os conflitos presentes na escola, geradores das teorias postas no PPP, para que as mesmas sejam o fio condutor das atividades a serem realizadas na escola, desconsiderando assim, algumas práticas enraizadas que precisam ser repensadas e reestruturadas no sentido de que a avaliação escolar possa superar o discurso e construir práticas formativas. Para isso, os docentes devem desmistificar seus modos de conceber e praticar a avaliação, no sentido de que novos paradigmas avaliativos sejam construídos e com isso novas práticas possam surgir, considerando que a avaliação escolar não se materializar no erro dos discentes, mas em um processo de acompanhamento sistemático e contínuo realizado durante todo o processo de ensino aprendizagem.

5. REFERÊNCIAS

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** 7. Ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORETO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas.** 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.